

Processo

Gestão de TI

Código

Folha nº

1/3**ATENÇÃO**

Este documento é de extrema importância para uma futura contratação, uma vez que a execução da fase de Elaboração dos Estudos Preliminares da STIC é obrigatória, independentemente, do tipo de contratação, inclusive nos casos de: inexigibilidade, dispensa de licitação ou licitação dispensada, criação ou adesão à ata de registro de preços, contratações com uso de recursos financeiros de organismos internacionais e em termos de cooperação, convênios e documentos afins com uso de recursos financeiros de instituições nacionais.

I- ANÁLISE DE VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO**1. Solução de Tecnologia da Informação**

Equipamentos e materiais para Implantação e aprimoramento da infraestrutura de Videoconferência Judicial e Visita Virtual no âmbito do Poder Judiciário, Unidades Prisionais e Delegacias do Estado de Alagoas- Proposta SICONV nº 039731/2021;

2. Levantamento das Soluções Disponíveis (Art. 14º, inciso I, da Resolução do CNJ N°182 de 2013)

Nome da Solução: Equipamentos e materiais para Implantação e aprimoramento da infraestrutura de Videoconferência Judicial e Visita Virtual no âmbito do Poder Judiciário, Unidades Prisionais e Delegacias do Estado de Alagoas- Proposta SICONV nº 039731/2021;

Valor Estimado: R\$ 3.573.240,40**Descrição :****LOTE 1:**

ITEM	DESCRIÇÃO	TIPO	QTD
1	Solução para Sala de Videoconferência Tipo 1	Unidade	110
2	Expansão de Serviço de Videoconferência em Nuvem (CLOUD)	contas de acesso	110

LOTE 2:

ITEM	DESCRIÇÃO	TIPO	QTD
3	Notebook	Unidade	41

LOTE 3:

ITEM	DESCRIÇÃO	TIPO	QTD
4	Televisor LED/LCD 55"	Unidade	110
5	Móvel Rack	Unidade	110
6	Filtro de linha 6 tomadas	Unidade	110

3. Aderência das Soluções Disponíveis às Políticas do Governo Federal (Art. 14º, inciso II, da Resolução do CNJ N° 182 de 2013)

Requisito	Sim	Não	Não Aplica
A Solução encontra-se implantada em outro órgão ou entidade da Administração Pública?	x		
A Solução está disponível no Portal do Software Público Brasileiro?			x
A Solução é um Software livre ou Software público?		x	
A Solução é aderente às políticas, premissas e especificações técnicas definidas pelos Padrões e- PING, e- MAG?			x

Estudos Preliminares de TIC

Processo

Gestão de TI

Código

Folha nº

2/3

A Solução é aderente às regulamentações da ICP- Brasil?		x	
A Solução é aderente às orientações, premissas e especificações técnicas e funcionais definidas no Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão de Processos e Documentos do Poder Judiciário (Moreq-Jus)?		x	

4. Justificativa da Solução Escolhida (Art.14º, inciso IV, da Resolução do CNJ N° 182 de 2013)

4.1 Solução

Descrição: Equipamentos e materiais para Implantação e aprimoramento da infraestrutura de Videoconferência Judicial e Visita Virtual no âmbito do Poder Judiciário, Unidades Prisionais e Delegacias do Estado de Alagoas-Proposta SICONV nº 039731/2021;

ID	Bens e Serviços	Valor Estimado
1	Solução para Sala de Videoconferência Tipo 1	R\$1.906.960,40
2	Expansão de Serviço de Videoconferência em Nuvem (CLOUD)	R\$ 643.500,00
3	Notebook	R\$ 243.540,00
4	Televisor LED/LCD 55'	R\$ 676.500,00
5	Móvel Rack	R\$ 96.800,00
6	Filtro de linha 6 tomadas	R\$ 5.940,00

Valor Estimado Total: R\$ 3.573.240,40

4.2 Justificativa:

Alinhamento em relação às necessidades de negócio e requisitos tecnológicos.	É importante entender que os avanços tecnológicos viabilizam a interação entre o Poder Judiciário e a comunidade, o que torna o tramite processual rápido, fácil e dinâmico, evitando a morosidade decorrente do distanciamento geográfico, influenciando diretamente no tempo de trabalho e na qualidade do resultado final.
Identificação dos benefícios a serem alcançados com a solução escolhida em termos de eficácia, eficiência, economicidade e padronização.	O sistema proporcionará a agilidade do tramite processual nas varas criminais, em especial na fase de interrogatório, bem como economia e segurança para o poder público, evitando o deslocamento dos réus.
Relação entre a demanda prevista e a quantidade dos bens e/ou serviços a serem contratados.	Essa tecnologia atenderá 86 (oitenta e seis) varas com competência criminais e de execução penal, no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Alagoas e a sociedade civil, cobrindo ainda 11 unidades de custódia do sistema prisional e 13 delegacias que recebem custodiandos para audiências de custódia da Polícia Civil.
A avaliação das necessidades de adequação do ambiente do órgão para viabilizar a execução contratual.	O ambiente já se encontra preparado para utilização da ferramenta

II- SUSTENTAÇÃO DE CONTRATO

Os documentos relacionados ao II,III e IV deste Estudo Preliminar não são obrigatórios para as contratações ou prorrogações, cuja estimativa de preços seja inferior ao disposto no art.23, inciso II, alínea "a", da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Processo

Gestão de TI

Código

Folha nº

3/3

II - para compras e serviços:

- a) na modalidade convite - até R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais);
b) na modalidade tomada de preços - até R\$ 1.430.000,00 (um milhão, quatrocentos e trinta mil reais); e
c) na modalidade concorrência - acima de R\$ 1.430.000,00 (um milhão, quatrocentos e trinta mil reais).

Recursos Materiais e Humanos (Art.15º, inciso I, da Resolução do CNJ N° 182 de 2013)

ID	Recurso	Necessidade de conhecimento	Ações para obtenção de Recurso Responsável
1	Equipe Técnica	Instalar as licenças e estrutura física	Os servidores do Departamento já possuem conhecimento de como proceder para instalar os softwares, além da necessidade do apoio da equipe do DARAD.

1. Continuidade do Fornecimento da Solução de Tecnologia da Informação e Comunicação em Eventual Interrupção Contratual (Art 15º, inciso II, da Resolução do CNJ N° 182 de 2013)#

- 1.1. Todos os equipamentos devem ser novos e de primeiro uso e não devem constar, no momento da apresentação da proposta, em listas de end-of-sale, end-of-support ou end-of-life do fabricante, ou seja, não poderão ter previsão de descontinuidade de fornecimento;
1.2. Os softwares devem ser entregues em sua versão mais atualizadas;

2. As Atividades de Transição Contratual e de Encerramento do Contrato (Art.15º, inciso III, da Resolução do CNJ N° 182 de 2013)

	SIM	NÃO	NÃO APLICA
2.1 Entrega de versões finais dos produtos alvos da contratação:	x		
2.2 Transferência final de conhecimentos sobre a execução e a manutenção da Solução de Tecnologia da Informação e Comunicação:	X		
2.3 Devolução de recursos materiais:			X
2.4 Revogação de perfis de acesso:			X
2.5 Eliminação de Caixas Postais:			X

III-ESTRATÉGIA PARA A CONTRATAÇÃO**1.2 Modalidade/Tipo de Licitação** (Art.16º, inciso IV, Resolução do CNJ N° 182 de 2013)

Menor Preço ofertado

1.3A Classificação Orçamentária(Art.16º, inciso V, Resolução do CNJ N° 182 de 2013)339040-Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação-PJ ☐339030-Material de Consumo ☐449052-Equipamentos e Material Permanente ☐**1.3.1 Órgão Pagador**

Fundo de Modernização e Aprimoramento do Poder Judiciário

Processo

Gestão de TI

Código

Folha nº

4/3

1.4 Vigência (Art. 16º, inciso VI, Resolução do CNJ N° 182 de 2013)

Licenças com duração de 36 meses.

IV-ANÁLISE DE RISCOS

Risco	Probabilidade	Ação Preventiva	Ação de Contingência	Responsável
I-A identificação dos principais riscos que possam vir a comprometer o sucesso da contratação ou que emergirão caso a contratação não seja realizada (Art. 17º, inciso I, Resolução do CNJ N° 182 de 2013)	II-A mensuração das probabilidades de ocorrência e dos danos potenciais relacionados a cada risco identificado (Art. 17º, inciso II, Resolução do CNJ N° 182 de 2013)	III-A definição das ações previstas para reduzir ou eliminar as chances de ocorrência dos eventos relacionados a cada risco (Art. 17º, inciso III, Resolução do CNJ N° 182 de 2013)	IV-A definição das ações de contingência a serem tomadas caso os eventos correspondentes aos riscos concretizem (Art. 17º, inciso IV, Resolução do CNJ N° 182 de 2013)	V-A definição dos responsáveis pelas ações de prevenção dos riscos e dos procedimentos de contingência (Art. 17º, inciso V, Resolução do CNJ N° 182 de 2013)
Produto entregue diferente do descrito no Termo de Referência	10%	Descrever especificação correta	Verificar, no ato da entrega e antes da instalação	Equipe interna da DIATI

Maceió, 21 de fevereiro de 2022

INTEGRANTE TÉCNICO	INTEGRANTE DEMANDANTE	INTEGRANTE DO DGC
Luiz Gustavo Peixoto Cavalcante Integrante Técnico	José Baptista dos Santos Neto Diretoria Adjunta de Tecnologia da Informação Alexandre Caiado de Moraes Gerente de Projeto	Gilson Andrade do Nascimento Integrante Administrativo DGC